



PROCESSO Nº : 23.354-4/2016

PRINCIPAL : PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (PGJ/MT)

ASSUNTO : RECURSO ORDINÁRIO

RELATORA : JAQUELINE JACOBSEN MARQUES

Exma. Senhora Conselheira Relatora,

Trata-se de Recurso Ordinário interposto pelos Senhores Paulo Roberto Jorge do Prado, Cláudia Di Giácomo Mariano, Antônio Sérgio Pereira dos Santos e Karina Colombo Rúbio, respectivamente, ex-Gestor, Diretora Geral, Gerente de Segurança Institucional e Gerente de Aquisições, visando a reforma parcial do Acórdão 404/2017-TP, que julgou regulares as contas anuais de gestão da Procuradoria Geral de Justiça, exercício de 2016, com recomendações e determinações legais à atual gestão.

A Auditora designada para a análise do presente recurso, após analisar as justificativas apresentadas pelo Recorrente, opinou pela improcedência do presente recurso.

Ratifica-se o entendimento técnico e submete-se a apreciação superior.

Secretaria de Controle Externo da Quinta Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 27 de novembro de 2017.

DESPACHO

Visto. Submetemos os autos ao Gabinete da Conselheira Relatora para as providências cabíveis, bem como para fins da Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 da Constituição Federal, (RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2016 – TP).

(assinatura digital)

Manoel da Conceição da Silva
Secretário de Controle Externo